Diário Oficial da União - Nº 3 - Seção 1 - pág. 70

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

DECISÕES DE 29 DE DEZEMBRO DE 2016

NOTÍCIA DE FATO 93-92.2016.1000

EMENTA. DELAÇÃO ANÔNIMA DE SOBREPREÇO EM CONTRATO PARA A REFORMA DO CENTRO NACIONAL DE TIRO ESPORTIVO. V JOGOS MUNDIAIS MILITARES. NOTÍCIA IDÊNTICA À JÁ APRECIADA NOS AUTOS DA NF 154-83.2016.1106. ARQUIVAMENTO. Delação anônima de sobrepreço em contrato referente à reforma do Centro Nacional de Tiro Esportivo, utilizado nos V Jogos Mundiais Militares, em 2011. Notícia idêntica à já apreciada nos autos da Notícia de Fato 154-83.2016.1106, já arquivada. Arquivamento do feito pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

NOTÍCIA DE FATO 94-43.2016.1000

EMENTA. NOTÍCIA ANÔNIMA DE IRREGULARIDADES NA DFPC. MATÉRIA QUE JÁ É OBJETO DE IPM. ARQUIVAMENTO. Delação anônima de irregularidades na Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados. Notícia idêntica a outra já analisada e remetida à PJM Brasília/DF. Instauração de IPM para a apuração dos fatos. Arquivamento do feito pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

Diário Oficial da União - Nº 3 - Seção 2 - pág. 36

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
PORTARIA Nº 598, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2016

O DIRETOR-GERAL DA SECRETARIA, no uso da competência que lhe foi atribuída pela Portaria nº 290/PGJM, de 5/12/2013 combinada com a Portaria nº 114/PGJM, de 31/8/2016, resolve:

Conceder aposentadoria voluntária, com proventos integrais, à Servidora ALCIDIA APARECIDA DE SOUZA, CPF nº 329.245.346-15, RG nº 3.464.750 - SSP/DF, nascida em 11/06/1959, matrícula nº 1503-2, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, código TC20100, Classe C, Padrão TMPU-C13, com fundamento no art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, acrescido do Adicional por Tempo de Serviço, no percentual de 3%, nos termos da Medida Provisória nº 2.225-45, de 04/09/2001, e da Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada, com fulcro nos artigos 3º e 10 da Lei nº 8.911/1994, combinado com o artigo 5º da Lei nº 9.624/1998 e artigo 62-A da Lei nº 8.112/1990, na redação atribuída pela Medida Provisória nº 2.225-45/2001.

GILBERTO BARROS SANTOS

Diário Oficial da União - Nº 3 - Seção 3 - pág. 116

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 9912247860 (Contrato nº 86/2014 - MPM). Processo: 3.00.000.1.000945/2016-34. Contratante: Ministério Público Militar. Contratada: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. CNPJ nº: 34.028.316/0007-07. Finalidade: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato múltiplo de prestação de serviços e venda de produtos para atender o Ministério Público Militar. Vigência: 30/12/2016 a 29/12/2017. Data da assinatura: 30/12/2016. Assinam Gilberto Barros Santos, Diretor-Geral do MPM e Jaime Gomes Cardoso e Magnilson Sodré Costa, pela contratada.

AVISO DE PENALIDADE

Processo: 3.00.000.1.004375/2016-59. O Ministério Público Militar informa que, decorrido o prazo de defesa prévia, foi aplicada à empresa Inove Comercial e Serviços de Apoio Administrativo Ltda., CNPJ/MF nº 70.928.973/0001-70, a penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o MPM, pelo prazo de um ano, a partir de 4 de janeiro de 2017 a 3 de janeiro de 2018, e rescisão unilateral do Contrato nº 37/2015-MPM, a contar de 4 de janeiro de 2017. Fundamento Legal: Suspensão: inciso III do artigo 87 da Lei 8.666/93. Rescisão: inciso I do artigo 79 da Lei 8.666/93. Os autos encontram-se com vista franqueada, conforme determina a legislação em vigor.

GILBERTO BARROS SANTOS
Diretor-Geral